

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/PPGH

Maria Dionéia Paula da Rosa¹

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL RETRATADA PELO JORNAL A FEDERAÇÃO²

RESUMO: O ensaio se propõe a apresentar uma narrativa sobre como a imprensa noticiou os acontecimentos ligados a Primeira Guerra Mundial, neste caso, o jornal A Federação. Em um primeiro momento, apresentando uma contextualização sobre a Primeira Guerra e sua evolução, bem como a posição defendida pelo Brasil na época, em relação a mesma. Posteriormente, descreve-se os acontecimentos relacionados ao conflito, sob a ótica do jornal A Federação, por meio das reportagens publicadas no período. Observou-se que durante todo o período do conflito houve uma evolução na atuação da imprensa, passando de uma imprensa meramente informativa para uma posição mais crítica.

Palavras- Chave: Primeira Guerra; imprensa; relações internacionais.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos das Relações Internacionais concomitantemente com o estudo da imprensa auxiliam na compreensão dos maiores acontecimentos mundiais, e as concepções sobre relações internacionais, constituem fator importante no modo de atuação de determinados países ou grupo dos mesmos. A luta por poder político, econômico e territórios levaram ao avanço das tecnologias e o aumento da produção bélica, constituindo-se deste modo, uma verdadeira indústria de guerra, onde as consequências são perdas humanas, políticas e sociais incalculáveis.

A primeira Guerra Mundial é um exemplo disso. O conflito que teve início na Europa em 1914 durou até meados de 1918, e envolveu as grandes potências mundiais em uma luta por poder, tanto econômico quanto de busca pela dominação de territórios e aumento de mercado consumidor.

1 . Mestranda do programa de pós-graduação em história da Universidade de Passo Fundo e bolsista CAPES

O Brasil que, desde a atuação de Rio Branco, havia constituído uma política de não intervenção permaneceu neutro até 1917, quando navios brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães. A partir desse momento, e também, em razão de uma política instituída pelo Barão, a de emparelhamento com os Estados Unidos o Brasil tomou partido na Guerra atuando ao lado dos Aliados (Tríplice Entente Reino Unido, França e Império Russo).

O estudo dos artigos escritos pelo jornal A Federação, contribuem para a compreensão do contexto histórico da participação brasileira na Guerra. As análises dos conteúdos dos jornais diários permitem identificar pequenos detalhes que auxiliarão a elucidar um período histórico pouco explorado, pois, a história é composta de diferentes elementos os quais precisam ser analisados de maneira conjunta.

Neste sentido, o ensaio se propõe a apresentar uma narrativa sobre como a imprensa noticiou os acontecimentos ligados a Primeira Guerra Mundial. Sendo assim, inicia-se com uma breve contextualização sobre as condições em que o Brasil se encontrava no início da guerra, sua inicial posição de neutralidade e sua efetiva participação posteriormente, em seguida apresenta-se uma narrativa das notícias publicadas no jornal A Federação, as quais estavam diretamente relacionadas ao contexto da guerra, e tinham como intuito manter a população informada.

Este ensaio faz parte de um estudo de abrangência maior, dissertação de mestrado do Programa e pós- graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

2. A POSIÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO A PRIMEIRA GUERRA

A história da humanidade é marcada por conflitos, sejam eles por poder político, supremacia econômica e disputa por territórios, por meio dos quais a história, a política e a economia de diversos países sofreram transformações, dentre esses conflitos destaca-se a Primeira Guerra Mundial, a qual desenhou um novo mapa geopolítico mundial e transformou as relações políticas e econômicas de diversos países.

Segundo Hobsbawm (1996), em sua obra a Era dos Extremos, até 1914 o mundo vivia uma aparente “Paz”, pois anterior ao evento da Primeira Guerra Mundial nenhum conflito havia envolvido, em um cenário de Guerra, todos os continentes. As Guerras do século XX ocorreram em uma escala nunca antes experimentada.

Ao final do século XIX, o mundo estava sujeito a supremacia econômica de algumas potências européias, em especial, a Inglaterra, no entanto, surgiam indícios de um deslocamento do eixo econômico, pois, os alemães e norte-americanos vinham destacando-se

no crescimento econômico e bélico. Além disso, a disputa por territórios e a luta por independências criaram grandes impasses, levando a Primeira Guerra Mundial.

Segundo Vinhosa (1990, p.23),“ a Primeira Guerra Mundial teve início em agosto de 1914.A Primeira Guerra Mundial foi dividida em duas fases, no ano de 1914 denominou-se a guerra de movimentos e de 1915 em diante a chamada guerra de trincheiras”. Neste período, o Brasil manteve-se neutro, em razão de que o mesmo convergia com os interesses econômicos dos Estados Unidos, país que em um primeiro momento não aderiu ao conflito.

Com base nessa abordagem, busca-se descrever o ciclo de acontecimentos que levaram o Brasil, um país com grandes problemas internos, além de um distanciamento geográfico, a se envolver em um conflito de magnitude mundial e com grande poderio bélico.

Mendonça (2008), destaca que com a morte de Rio Branco e a eclosão da Primeira Guerra, chegava-se ao fim a "Era de Ouro" da diplomacia brasileira. Durante os anos em que Rio Branco esteve à frente do Itamaraty, sua política internacional visava resolver os problemas de fronteira que afetavam o Brasil, com isso incorporou milhares de quilômetros ao território brasileiro, ao mesmo tempo que conduzia com sucesso as questões diplomáticas surgidas com outros países. As conquistas do período, eram em grande parte mérito das qualidades do chanceler, o qual contou também com as condições favoráveis que o país vivia durante esses anos.

Ainda Mendonça (2008), salienta que após um conturbado começo da República, com revoltas militares e crises econômicas, as presidências de Rodrigues Alves (1902-1906) e Afonso Pena (1906-1909) asseguraram a paz interna, a estabilidade econômica, o progresso e as realizações materiais, condições estas que colaboraram com um panorama ideal para uma diplomacia ativa e prestigiada.

As contribuições de Vinhosa (1990), ressaltam que com chegada ao poder do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) inicia-se um período de declínio do regime republicano, sacudido por crises econômicas, sociais e políticas, fatores estes que enfraqueceram a política externa brasileira, a qual entra em declínio e nunca mais recuperaria o êxito da primeira década do século XX. Também, a morte de Rio Branco colaborou para o declínio da política externa, que foi sucedido por Lauro Müller, o qual não possuía as qualidades pessoais e profissionais, nem a experiência de seu antecessor. Sua ascendência germânica despertava desconfiança na corrente pró-aliados, que incluía Rui Barbosa, Graça Aranha, Olavo Bilac, José Veríssimo, Barbosa Lima e outras figuras influentes na política brasileira.

Nos anos seguintes ao início do conflito, ganharam força no país, manifestações em favor dos aliados. Mesmo diante do rompimento de relações com a Alemanha, torna-se insustentável a situação de Lauro Müller, que renuncia, sendo substituído pelo ex-presidente Nilo Peçanha, o qual compartilhava das ideias de Rui Barbosa.

A renúncia de Lauro Müller, também foi agravada em razão de que o mesmo defendia a neutralidade do Brasil em relação a guerra, o que não mais era interessante aos políticos que haviam ascendido ao poder naquele período.

Os assuntos de política exterior ficavam de tal forma acima dos interesses e das artimanhas político-partidárias, que o Barão serviu indistintamente quatro presidentes entre 1902 até sua morte em 1912. Lauro Muller, seu substituto, manteve esse método de trabalho, tanto que Venceslau Brás teve de substituí-lo no Itamarati por um político, Nilo Peçanha, para poder tirar o país da neutralidade e depois torná-lo beligerante (VINHOSA, 1990,p.239).

Segundo Garambone (2003), a neutralidade brasileira foi decretada em 4 de agosto de 1914, no começo da guerra, juntamente com a declaração de neutralidade americana. Neste sentido, a política de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, também chamada de “aliança não-escrita”, foi um elemento de contribuição para em um primeiro momento o país manter-se neutro, no entanto, posteriormente, associado a convicção de alguns dos setores dirigentes do país, os quais consideravam uma afronta os ataques alemães contra navios mercantes brasileiros, também contribuiu para a decisão brasileira em participar do conflito.

Na concepção de Vinhosa (1990), o Brasil não possuía ambições bélicas, contudo não pode mais permanecer neutro diante do conflito, quando a luta envolveu os Estados Unidos. Nos meses que se seguiram o governo brasileiro emendou a Constituição para permitir que a guerra pudesse ser declarada. Resolvida a questão, a declaração foi emitida em 26 de outubro de 1917, faltava pouco mais de um ano para o fim do conflito, que se daria no armistício de 11 de novembro de 1918.

A eclosão da Primeira Guerra encontrou as forças armadas brasileiras em completo estágio de despreparo. Os navios de guerra obsoletos, ao mesmo tempo que necessitavam de maior disponibilidade de recursos humanos capazes de operá-lo, também sofriam escassez de recursos financeiros. O descontentamento dos militares era expresso por meio das diversas revoltas internas que envolveram exército e marinha. A participação brasileira no conflito foi modesta, já que o país não tinha condições militares ou econômicas para oferecer mais que uma contribuição simbólica nos combates, pois a economia brasileira vinha sofrendo grandes perdas com o conflito, as restrições ao transporte marítimo e mercadorias disponíveis

provocaram queda nas importações, e com ela uma enorme redução das receitas, as quais dependiam das tarifas de importação (VINHOSA, 1990).

Segundo Mendonça (2008), na Conferência de Paz, a delegação brasileira, chefiada por Epiácio Pessoa, conseguiu resolver duas questões de interesse direto do país. A primeira com relação ao café do estado de São Paulo que estava depositado na Europa, e foi utilizado pelos alemães, a resolução desse impasse se deu por meio do Tratado de Versalhes, em seu artigo 263, o qual estabelecia que a dívida fosse cobrada independente dos pagamentos das indenizações de guerra. A segunda estava relacionada ao Tratado que garantiu que os 46 navios alemães apreendidos em portos nacionais fossem legitimamente reconhecidos como propriedade brasileira. Para completar, devido ao apoio do presidente americano Wilson, o Brasil foi eleito membro não-permanente do conselho da recém-criada Sociedade das Nações, o que foi uma grande vitória para diplomacia brasileira (precursora da ONU, esta criada após a Segunda Guerra). A resolução destas questões contou com a intervenção decisiva dos Estados Unidos.

Do ponto de vista econômico, em um primeiro momento as exportações caíram intempestivamente, gerando desconforto numa economia onde o principal produto de exportação era o café, no entanto, com o prolongamento da guerra o Brasil passou a ter boas oportunidades comerciais. Destacando, que o aumento da demanda por gêneros alimentícios e matérias-primas forçou o país a mudar sua estrutura econômica basicamente agrícola. Foi durante o conflito que o Brasil, estabeleceu uma corrida industrial inédita em sua história, aproveitando-se da mão-de-obra de imigrante, composta, na sua grande maioria por europeus que fugiam da fome e, depois, da guerra. O número de fábricas aumentou relativamente nos anos da guerra, dobrando o número de empregados. A indústria brasileira supriu o mercado interno e fez diminuir o número de produtos importados, modificando parcialmente a sociedade e a economia do país (MENDONÇA 2008).

Dentre os setores que apresentaram crescimento nos anos da Primeira Guerra pode-se destacar a imprensa brasileira, a qual desempenhou papel de destaque no campo das informações, ora descrevendo o cenário da guerra por meio dos serviços telegráficos, ora publicando artigos que além de descreverem os acontecimentos do velho mundo, permitiam fazer um paralelo com a situação interna brasileira e com atuação do Ministério das Relações Internacionais.

3. A GRANDE GUERRA PELAS PÁGINAS DA IMPRENSA REGIONAL

O ensaio propõe-se a realizar uma narrativa calcada no estudo das representações da imprensa e do poder da imprensa como meio de comunicação. Para tanto é necessário passar pelas inúmeras possibilidades de análise que o discurso permite. 1) análise da instituição e das ideologias de seu proprietário, 2) público alvo, 3) relações com o Estado, 4) relações com interesses internacionais, buscando estabelecer parâmetros para que esses discursos não sejam utilizados como verdades absolutas. Neste contexto Tânia Regina de Luca, em seu artigo *História dos, e por meio dos periódicos*, aborda o seguinte:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermediário dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2005, p.111-112).

A visão da imprensa como fiel refletora daquilo que está ocorrendo na sociedade, justifica apenas um dos componentes dessa imprensa, sendo que o outro componente está ligado ao papel que a imprensa escrita vem desempenhando ao longo da história e mais precisamente da história do Brasil, ou seja, o de espaço privilegiado de exercício da política, como exposição de ideias ou ainda da política partidária, responsável pela construção dos discursos.

No Rio Grande do Sul, segundo Rodrigues (2005), os jornais desempenharam importante papel no teatro dos acontecimentos históricos, foi durante o século XIX que a imprensa assumiu um caráter político partidário, cabe enfatizar que o desenvolvimento da imprensa Sul-Riograndense acompanhou o da imprensa nacional, em especial, no âmbito da partidização da mesma.

Entre as publicações antigas do século XIX está "A Federação", que nasceu em Porto Alegre no ano de 1884 e circulou até 1937. No início, o jornal foi o veículo de divulgação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e tinha suas reportagens pautadas no positivismo com objetivo de disseminar os ideais positivistas. Na década de 30, passou a órgão oficial do Partido Republicano Liberal, que substituiu o PRR. Em janeiro de 1933, foi adotado como Diário Oficial do Estado. Em maio de 1935, com o surgimento do novo Diário Oficial editado pelo governo, voltou a ser um jornal partidário. Em 1937, um ato do Estado Novo extinguiu os

partidos políticos e, portanto, também suas publicações, levando ao fechamento do jornal. (BIBLIOTECA BORGES DE MEDEIROS, 2013).

O jornal A Federação, assim como em outros jornais de circulação no país, noticiaram no dia 30 de junho de 1914, dois dias após os fatos, a morte do Archiduque Francisco Fernando e sua esposa Sophia, considerada como estopim da Primeira Guerra Mundial, a qual foi tratada no princípio como um atentado sem conotação política. A notícia intitulada como “Attentados contra o Archiduque Francisco Fernando e sua esposa”³ foi publicada na página 8 do jornal em um artigo que ocupava duas colunas e descrevia os diversos atentados que resultaram na morte do herdeiro do trono Austro Húngaro. A Federação como diversos outros jornais brasileiros apenas reproduziram a notícia que chegou ao país por meio do chamado Serviço de Telégrafos, mesmo sendo apenas uma reprodução da notícia o jornal publicou um parágrafo extra no qual declara condolências a enorme comunidade Austro-Húngara domiciliada em Porto Alegre, partindo desse gesto pode-se identificar uma preocupação em estabelecer apoio a essa comunidade.

Nos dias que sucederam a tragédia em Sarajevo o jornal A Federação, continuou a noticiá-la como mais uma tragédia que assola a família real Austro-Húngara. Por vários dias há pequenas manchetes nos jornais relativas aos acontecimentos no velho continente, mas nenhuma delas é matéria de capa, na grande maioria são pequenos relatos dos acontecimentos, que abordavam apenas detalhes dos atentados e do funeral.

Mesmo trazendo todos os dias notícias relativas a um provável conflito no velho continente, foi apenas em 29 de Julho de 1914, um mês depois da morte do Archiduque e sua esposa que os acontecimentos ocuparam a primeira página do Jornal “A Federação”. A manchete que tinha como título “O conflito Austro-Servio: nova sangria”, a manchete localizava-se em lugar de destaque, na primeira página, e era composta de uma coluna e meia que relatava os acontecimentos que vinham assolando a Europa nos últimos meses e estavam tomando proporções grandiosas e que provavelmente levaria a um conflito generalizado.

Diante das proporções que o conflito vinha adquirindo e na velocidade dos acontecimentos, vários países decidiram por não tomar posição no mesmo, dentre eles o Brasil que em 04 de agosto de 1914 declarou-se neutro diante do conflito Europeu. A lei que regulamentava a neutralidade brasileira foi publicada na primeira página do jornal A

3 . A notícia “Attentados contra o Archiduque Francisco Fernando e sua esposa” publicada na página do jornal A Federação descrevia a morte do Archiduque e sua esposa: “O Archiduque, que a princípio se dizia ter sido atingido no rosto ficou mortalmente ferido, no lado direito do ventre, ao mesmo tempo que a archiduquesa com a carótida cortada por uma outra bala lhe cahia sobre os joelhos.

Federação do dia 12 de Agosto de 1914 ocupando três colunas centrais com o título “*A neutralidade do Brazil*”⁴.

Entre meio a neutralidade brasileira, por dias seguidos na página do jornal eram publicadas as notas do Serviço Telegráfico, nas quais podia-se identificar notas referentes aos descendentes de alemães que viviam no Brasil e que desejavam se alistar como voluntários a lutar na guerra pela “chamada pátria de origem”. Mesmo o Brasil sendo uma nação neutra no conflito, em nota publicada pela A Federação de 25 de agosto de 1914, há uma preocupação por parte do ministério de Relações Exteriores, com os brasileiros que estavam a passeio na Europa, em especial nos países envolvidos diretamente no conflito.

Segundo Visentini (2014), com o avanço do conflito para o mar e o bloqueio marítimo todos os países passaram a sentir as consequências da guerra. No Brasil, país essencialmente agrícola e dependente de um único produto de exportação, o café, essas consequências ganharam grandes proporções, em especial com aumento dos combustíveis, desabastecimentos de produtos importados dentre outros.

Nos meses que seguiram a declaração de neutralidade, as notícias da guerra continuaram a chegar por meio de telegramas, sendo que na sua grande maioria não ocupavam a primeira página do jornal. Ao decorrer dos acontecimentos e o avanço da guerra para o mar somando-se a dificuldade de se navegar, em 12 de agosto de 1915, a associação vinculada à defesa conhecida como “Linha de Tiro” publicou nas páginas da Federação uma nota, dando conta do despreparo das tropas brasileiras diante do risco eminente da guerra e incentivando o alistamento militar e o preparo de homens para uma possível participação do Brasil no conflito.

No dia 31 de maio de 1916, Ildefonso Pinto publica um artigo de capa intitulado “A crise de transportes”, o artigo inicia relatando a crise no transporte marítimo brasileiro e dando conta de que haviam muitas mercadorias acumuladas nos portos brasileiros a espera de transporte, isso estava afetando a economia do país e aclarando a necessidade de que o governo federal tomasse uma atitude rápida e precisa com relação a marinha mercante, pois, diante dos acontecimentos mundiais, o país corria o risco de ser invadido pelos países em guerra em busca de suprimentos.

Ainda o mesmo artigo, ressaltava a anterior atuação de Lauro Miller como ministro de Viação, o qual na época tinha a preocupação com a navegação marítima fluvial. Porém, na

4 Neste encarte constavam os 27 artigos que regiam a lei que estabelecia a neutralidade brasileira em relação à guerra.

sua atual condição, ministro das relações exteriores, não demonstra a mesma preocupação. Além disso, poderia desencadear, diante das poucas possibilidades de exportação, uma possível crise nacional. Para finalizar, Ildefonso Pinto cita a obra, A Política Alemã, à qual faz referência a Bismarck salientando que este em visita ao porto de Hamburg declarou que o futuro de um país estava na sua marinha mercante, e que o Brasil possuía inúmeros recursos relacionados a suas riquezas naturais, mas que necessitava de uma marinha apta a realizar o transporte, destacando ainda que se o governo não possuía condições de investimento nessa área deveria oportunizar o investimento de capital privado. As consequências da pouca exportação foram relatadas em 6 de junho de 1916, quando o governo federal publica nota sobre um provável aumento de impostos em decorrência das despesas dos ministérios .

A crise econômica que o país passa a enfrentar em decorrência da guerra passa a ser discutida pela sociedade e noticiada pelos jornais em decorrência dos acontecimentos, em 26 de julho de 1916, A Federação publica nota intitulada , "A atitude do Brasil em face do conflito europeu", a qual critica atuação do ministro de relações internacionais diante do estado de neutralidade adotado pelo Brasil e cita ainda que ao senador Ruy Barbosa, ocupante interino do cargo de ministro de relações exteriores, falta o prestígio de Rio Branco para que não seja necessário uma nova declaração de neutralidade.

Em 11 de abril de 1917, A Federação publica em sua primeira página a notícia denominada "Brasil e Alemanha: o rompimento das relações" a qual relatava que o governador do estado do Rio Grande do Sul, havia recebido um telegrama confidencial, do senhor presidente da República Drº Wenceslau Braz, comunicando que o navio Paraná, como era de conhecimento de todos, havia sido torpedeado em 3 de abril de 1917, quando navegava respeitando os padrões internacionais estabelecidos (luzes acesas, bandeira brasileira içada e inscrição do nome do Brasil no casco) para nações neutras em caso de guerra. E como haviam ocorrido mortes, em virtude do ataque, era desejo do presidente prevenir o governador das consequências que essa atitude poderia trazer, pedindo que o mesmo tomasse as medidas que julgasse necessárias para evitar possíveis retaliações internas, já que o Rio Grande do Sul possuía uma grande colônia de descendentes de alemães.

Mais tarde em um novo telegrama o presidente comunica ao governador que apesar dos esforços realizados por Lauro Müller, o Brasil rompia relações de comércio com a Alemanha em razão dos acontecimentos e que também havia solicitado que o diplomata alemão se retirasse do território brasileiro.

Em 28 de maio de 1917, nova publicação dava conta de que a guerra marítima sem precedentes, a qual a Alemanha vinha praticando nos últimos meses havia posto a pique mais

dois navio brasileiros o Tijuca e o Lapa, nesse momento é crescente a insatisfação da população brasileira com relação à manutenção da neutralidade do país.

Diante de constantes manifestações de apoio por parte da população brasileira à Tríplice Entente, em 26 de outubro de 1917 o Brasil declara guerra a Alemanha, e A Federação traz a notícia intitulada “O estado de guerra com a Alemanha”, o jornal destaca atuação de Borges de Medeiros a favor da revogação da neutralidade e da declaração de guerra, destacando que o mesmo defendeu a moral e justiça para o país, ressalta ainda que o congresso irá reunir-se para criar e aprovar a lei que regimentara o estado de guerra.

No dia 12 de novembro de 1918, a matéria de capa do jornal A Federação retratava um artigo denominado "A Paz", era o fim da Primeira Guerra Mundial, este artigo reiterava as atrocidades cometidas durante os longos anos do conflito além de salientar a provável responsabilidade alemã pelo conflito. Além disso, a primeira página também contemplava por meio do Serviço Telegráfico, como a notícia do Armistício, havia sido recebida nos diversos países.

Diante do que foi exposto é possível identificar a evolução da imprensa durante os anos da Primeira Guerra Mundial, sua constante atuação com objetivo de manter a população informada dos acontecimentos que assolavam o velho continente e as consequências que isso poderia trazer para todo o mundo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Primeira Guerra Mundial foi um divisor de águas na história da imprensa brasileira, pois, foi a partir dela que os jornais passaram a dispor de novas técnicas e fontes em especial as chamadas agências de notícias internacionais, as quais davam conta dos acontecimentos ligados ao conflito, em especial aos jornais do eixo Rio-São Paulo, o que era reproduzido pelos jornais do restante do país⁵. Foi também durante os anos da Primeira Guerra Mundial que imprensa brasileira se estruturou principalmente no que diz respeito à tiragem e aos enfoques em torno do papel da ideologia e dos desdobramentos dos acontecimentos ligados ao conflito.

É por meio do que se noticia nos jornais que se percebe a grande mudança de postura na cobertura da imprensa em relação a Primeira Guerra, o tom conciliador dos primeiros anos

5 . Sidney Garamboni em seu livro, A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira coloca que duas principais agências de notícias abasteciam o eixo Rio-São Paulo, agência Havas e a agência Americana.

foi perdendo espaço diante do avanço dos acontecimentos. Portanto, observa-se no decorrer do processo que a imprensa influenciou os rumos da política e das relações exteriores.

Segundo Garambone (2003), os jornais brasileiros apesar de pertencerem a diferentes linhas políticas, comungavam de um posicionamento similar nas várias etapas da participação brasileira na guerra. Durante os anos do conflito a imprensa tratava da guerra como Grande Guerra ou Conflito Europeu.

O período que antecedeu a entrada brasileira no conflito foi de agitação por parte da imprensa escrita e ilustrada, pois, a mesma após a entrada Americana no conflito passou a pressionar publicamente o governo para que este assumisse uma posição, porém a posição desejada por grande parte da imprensa fosse ao lado da Tríplice Entente.

A imprensa brasileira desempenhou um papel de destaque na cobertura do Conflito desde a sua eclosão, seja ela na defesa pela neutralidade nos anos iniciais do conflito, seja na campanha pelo fim da neutralidade, esta última se deu em razão dos acontecimentos que envolveram o Brasil.

Se estabelecermos como padrão de análise as teorias utilizadas por Charaudeau as notícias citadas acima nos permitem compreender que o discurso político atua nós mais diversos campos: *jurídico*, *o econômico*, *o midiático*, *o político*. Torna-se cada vez mais complexo diante da influência crescente de instâncias supranacionais, permitindo que as fronteiras entre os diferentes setores da sociedade se tornem mais fluidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARAMBONI, S. **A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2 edição Companhia das letras. São Paulo .1995.

MENDONÇA, V.B. **A experiência estratégica brasileira na primeira guerra mundial, 1914-1918**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado Ciência política) Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RODRIGUES, C. R. A Federação e o Correio do Povo: os indígenas na mídia impressa. **In:** 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2005, Novo Hamburgo/RS. 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2005.

SZMIDT, D. **A política externa brasileira ao longo do período Rio Branco (1902-1912): o olhar da imprensa e da diplomacia estadunidense e argentina**. 2011. 129 f. Dissertação (

Mestrado em História) Programa de Pós- Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2011.

VISENTINI, P.F. **A Primeira guerra mundial e o declínio da Europa**. Rio de Janeiro. Alta Boocks. 2014.

VINHOSA, F. L. T. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

Artigos em jornais

PINTO, Ildefonso. Attentados contra o archiduque Francisco Fernando e sua esposa. **A Federação**, p.8,30 jun, 1914.

PINTO, Ildefonso. O conflito Austro-Servio: nova sangria. **A Federação**, p.1,29 jul, 1914.

PINTO, Ildefonso. A neutralidade do Brazil. **A Federação**, p.1,12 ago, 1914

PINTO, Ildefonso. Brasileiros na Europa. **A Federação**. p.3,25 ago de 1914.

PINTO, Ildefonso. Linha de Tiro. **A Federação**. p.5, 12 ago,1915.

PINTO, Ildefonso. A crise de transportes. **A Federação**. p.1,31 mai,1916.

PENAFIEL, Carlos. A atitude do Brazil em face do conflito europeu. **A Federação**. .p.4,26 jul, 1916.

PENAFIEL, Carlos. Brasil e Alemanha: o rompimento de relações. **A federação**. p.1,11 abr,1917.

PENAFIEL, Carlos O Tijuca e o Lapa. **A Federação**. p.1,28 mai,1917.

PENAFIEL, Carlos. O Estado de guerra com a Alemanha. **A Federação**. p,26 out,1917.

PENAFIEL, Carlos. A Paz. **A Federação**. p.1,12 nov,1918